Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Trevisa Investimentos S.A. é uma empresa de capital aberto, com sede em Porto Alegre – RS. A atividade preponderante está voltada à participação no capital das empresas controladas Navegação Aliança Ltda. e Trevo Florestal Ltda.. Atua, também, na locação de conjuntos comerciais.

2 Bases de preparação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis incluem as demonstrações contábeis consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), bem como as demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações - Lei das SAs, considerando as alterações introduzidas através das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações individuais de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 7 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, excepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

As demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas adotadas pela controladora - práticas contábeis internacionais (IFRS). Sendo assim, os respectivos balanços das subsidiárias foram elaborados com políticas e práticas contábeis internacionais uniformes.

Em reunião realizada em 17 de março de 2015 a Administração aprovou e autorizou a divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 as demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Navegação Aliança Ltda. e Trevo Florestal Ltda..

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com o IAS 21/CPC 02 — Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa 07 Valor justo sobre o custo de formação dos ativos biológicos
- Nota Explicativa 04 Clientes
- Nota Explicativa 10 Imobilizado
- Nota Explicativa 16 Provisão para contingências

c. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A legislação societária brasileira requer a apresentação obrigatória da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações contábeis apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações contábeis.

d. Base de consolidação

Controladas

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as demonstrações contábeis das controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis consolidadas apresentam os resultados da controladora e suas controladas, como se constituíssem uma única entidade. As transferências entre as partes relacionadas e os saldos entre as empresas relacionadas são, portanto, integralmente eliminados.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação da legislação societária brasileira, especialmente a IFRS 10/CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, compreendendo demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados todos os saldos das contas patrimoniais, receitas e despesas decorrentes de negócios realizados entre as empresas, bem como dos investimentos da controladora contra o patrimônio líquido das controladas.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações das seguintes controladas a seguir relacionadas:

	Participação			
	31/12/2014	31/12/2013		
Navegação Aliança Ltda.	99,99%	99,99%		
Trevo Florestal Ltda.	69,51%	69,51%		
Trevisa Operadora Portuária Ltda.	-	50,00%		

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro, quando os direitos contratuais dos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos financeiros são compensados, e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não participam de operações envolvendo derivativos.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes de vendas de serviços, produtos e locações. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas na sua realização.

O ajuste a valor presente do saldo a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de recebimento. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

d. Estoques

Os estoques são representados por materiais de uso e consumo utilizados na manutenção das embarcações, na controlada Navegação Aliança Ltda. Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicável, sendo inferior aos valores de realização.

e. Empresas relacionadas (controladora)

O saldo representa valores a receber das controladas, oriundos de operações envolvendo créditos e pagamentos de lucros distribuídos de controladas.

f. Ativos biológicos

Os ativos biológicos, registrados na controlada Trevo Florestal Ltda., são representados por florestas de eucalipto, pinus e rebanho de gado. São mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorrem em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Ajuste a valor justo de ativos biológicos".

O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

O valor dos novos ajustes, apurados pelas novas avaliações, contabilizado no resultado do exercício, será, por ocasião da distribuição de lucros, alocado na conta de retenção de lucros no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica.

A exaustão é calculada com base no corte das florestas e o custo do gado vendido pelo número de animais vendidos.

g. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção, fornecimento de produtos ou serviços e para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

h. Investimentos em controladas

São avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual, em decorrência da participação da Companhia nestas empresas. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora e as práticas contábeis são as mesmas adotadas pela controladora.

i. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota Explicativa 10. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *Impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

j. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para a verificação de *Impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *Impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

O *Impairment* dos ativos não financeiros é revisado anualmente.

k. Fornecedores

Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Estas obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, devido ao curto prazo de pagamento são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção de um ativo qualificável, que necessariamente requer um período longo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo até sua conclusão. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Dentre as provisões levantadas, se encontram as provisões trabalhistas, cíveis e outras as quais são provisionadas mediante avaliação de perda provável dos processos judiciais de acordo com a opinião dos assessores jurídicos e da Administração das empresas. Essa avaliação é feita considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas.

n. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e são reconhecidas na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária brasileira em vigor, através do regime do lucro real na controladora e na controlada Navegação Aliança Ltda. e pelo regime de lucro presumido na controlada Trevo Florestal Ltda.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo não circulante são representados por:

- Impostos sobre a reserva de reavaliação contabilizados na controlada Navegação Aliança Ltda. O valor do imposto quando realizado é revertido para resultado.
- Impostos sobre valor justo de propriedade para investimentos na controladora e terra nua contabilizado na controlada Trevo Florestal Ltda.

o. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens, serviços e locações no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda e locação.

p. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros de rendimentos sobre aplicações financeiras, reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras incluem os juros efetivos sobre empréstimos calculados pelo prazo decorrido.

3 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas, seguindo as políticas de aplicações de recursos, têm realizado suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco e mantidos em instituições financeiras de primeira linha. São considerados como equivalente de caixa devido a sua liquidez imediata junto às instituições financeiras.

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldos bancários	129	10	532	437	
Aplicações financeiras	-	18	2.963	7.223	
	129	28	3.495	7.660	

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs e são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4 Clientes

A composição do saldo de clientes está a seguir demonstrada:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Vencidos	71	-	1.831	336	
A vencer de partes relacionadas	48	45	-	-	
A vencer	255	294	1.947	1.868	
	374	339	3.778	2.204	
Perdas estimadas com créditos de liquidação					
duvidosa – PECLD			(166)	(166)	
	374	339	3.612	2.038	

Não é feito ajuste a valor presente dos valores a receber de clientes, devido ao curtíssimo prazo no seu recebimento, aproximadamente 5 dias na controladora e de 30 dias nas controladas.

	Control	adora	Consolidado		
<u>-</u>	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Duplicatas a vencer	303	339	1.947	1.868	
Duplicatas vencidas:					
De 1 a 15 dias	5	-	1.373	109	
De 16 a 30 dias	5	-	7	2	
Acima de 30 dias	61	-	450	225	
Perda estimada com crédito de liquidação					
duvidosa - PECLD	-	-	(166)	(166)	
	71		1.665	170	
-	374	339	3.612	2.038	

5 Estoques

Os estoques no consolidado são representados por materiais de uso e consumo utilizados na manutenção das embarcações. Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicável, sendo inferior aos valores de realização.

6 Partes relacionadas

a. Saldos e transações

Controladora	Navegação Aliança Ltda.	Trevo Florestal Ltda.	Total 31/12/2014	Total 31/12/2013
Ativo circulante				
Contas a receber	46	2	48	45
Ativo Não Circulante				
Partes relacionadas		8	30	783
Passivo Circulante				
Partes relacionadas			23	50
	Navegação	Trevo		
	Aliança Ltda.	Florestal	Total	Total
Demonstração do Resultado		Ltda.	31/12/2014	31/12/2013
Receita de locações	301	16	317	303
Outras receitas	10	-	10	2
	311	16	327	305

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas, além da destinação de dividendos para acionistas e recebimento de lucros e de alugueis das controladas.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

Demonstramos abaixo a remuneração dos diretores e membros do conselho de administração acrescida dos benefícios de curto prazo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

			Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Diretores e Conselho da administração	1.185	1.121	1.968	1.867	
	1.185	1.121	1.968	1.867	

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não houve concessões de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

7 Ativos biológicos

Os ativos biológicos no consolidado em dezembro de 2014 são formados por 214 mil metros cúbicos de florestas de pinus prontos para corte, disponíveis numa área de 446 hectares, 548 mil metros cúbicos de eucalipto prontos para corte numa área de 1.066 hectares, florestas de pinus e eucalipto em formação, distribuídas numa área equivalente a 4.357 hectares e 534 cabeças de gado. O saldo dos ativos biológicos da controlada é composto pelo custo de formação das florestas e rebanho de gado acrescido do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado a valor justo, deduzidos dos custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda. Demonstramos no quadro a seguir a movimentação da conta a partir de 31 de dezembro de 2012:

	Ativos biológicos				
	Florestas	Gado	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2012	36.006	558	36.564		
Aplicações em florestas em formação	1.169	-	1.169		
Aquisição de animais	-	3	3		
Exaustão de florestas	(3.000)	-	(3.000)		
Baixa do custo da venda de animais	-	(143)	(143)		
Ajuste a valor justo	676	85	761		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	34.851	503	35.354		
Aplicações em florestas em formação	995	-	995		
Exaustão de florestas	(2.404)	-	(2.404)		
Baixa do custo da venda de animais	-	(108)	(108)		
Ajuste a valor justo	261	169	430		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	33.703	564	34.267		

Os ativos biológicos estão apresentados pelo seu valor justo. A avaliação da Floresta foi realizada por empresa de consultoria independente, a qual emitiu laudo técnico de avaliação para a data base de 31 de dezembro de 2014, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

O aumento no valor justo dos ativos biológicos refere-se ao crescimento da floresta, estimado com base na projeção do crescimento percebido no último laudo técnico de avaliação emitido por empresa de consultoria independente.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como, o preço de venda, taxas de desconto, plano de corte e considera uma taxa de desconto de 12% a.a. As estimativas estão sujeitas às incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

Os investimentos em florestas representam os custos na formação e manutenção de novos hortos florestais.

A exaustão e o custo dos animais vendidos são realizados pelo seu valor justo e considera o volume cortado e o número de animais vendidos.

As florestas possuem cobertura de seguro contra fogo na ordem de R\$ 14,05 milhões, representando aproximadamente 41,67% do valor justo. A Administração da controlada, com base em um trabalho técnico de gerenciamento de risco, aliado a disposição de seus hortos florestais e outras medidas tomadas para reduzir riscos de incêndio, entende que é remota a possibilidade de perda total em caso de sinistro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Todos os ativos biológicos estão desonerados.

8 Propriedade para investimento

Representa o imóvel de propriedade da controladora localizado em Porto Alegre - RS e utilizado para locação a terceiros.

O imóvel está avaliado pelo seu valor justo. A avaliação foi realizada por empresa de consultoria independente, a qual emitiu laudo técnico de avaliação para a data base de 31 de dezembro de 2014. O laudo emitido está em conformidade com o ICPC 10 e foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Na avaliação da propriedade para investimentos por seu valor justo, em 31 de dezembro de 2014, foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado a uma taxa de 12,77% a.a. (7,31% a.a. em 2013). Para tanto, foram consideradas certas estimativas, tais como, projeção das receitas de aluguéis, das despesas de manutenção e conservação, de pessoal e dos gastos gerais. As estimativas estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

O ajuste inicial foi reconhecido na conta de lucros acumulados e a seguir transferido para a conta de ajuste patrimonial dentro do patrimônio líquido. Sobre o valor do ajuste foi deduzida a parcela de imposto de renda e contribuição social, transferido para a conta imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram realizadas aplicações no imóvel de propriedade para investimento, no montante de R\$ 165 (R\$ 671 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013), que resultaram em melhorias e aumento da área construída.

Os gastos operacionais diretos com a propriedade para investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram de R\$ 1.542 (R\$ 1.336 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013) tendo sido recuperado dos condôminos o total de R\$ 1.518 (R\$ 1.367 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

9 Investimentos em controladas

	Navegação Aliança Ltda.	Trevo Florestal Ltda.	Trevisa Operadora Portuária Ltda.	
Capital social	11.100	6.750	100	
Patrimônio líquido	53.718	46.958	-	
Quotas possuídas (milhares)	11.099	4.692	50	
Percentual de participação direto	99,999%	69,507%	50%	
Resultado líquido do exercício	5.564	482	-	
Mutação nas contas				Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	51.228	32.354	49	83.631
Equivalência patrimonial	4.926	(50)		4.876
Distribuição de lucros	(2.500)	-	-	(2.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	53.654	32.304	49	86.007
Equivalência patrimonial	5.564	335		5.899
Baixa por encerramento de coligada	-	-	(49)	(49)
Distribuição de lucros	(5.500)			(5.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	53.718	32.639		86.357

O controle indireto da controlada Trevo Florestal Ltda. é exercido através da controlada Navegação Aliança Ltda. que detêm a participação de 30,493%.

10 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

<u>Controladora</u>	Taxa de		3	1/12/2014		3	1/12/2013
	Depreciação		Depreciação			Depreciação	
	(%)	Custo	Acumulada	Líquido	Custo	Acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10	182	(96)	86	154	(82)	72
Equipamentos e instalações	10	1.153	(827)	326	1.148	(702)	446
Veículos	20	75	(75)	-	75	(75)	-
Ativos em andamento		829		829	21		21
		2.239	(998)	1.241	1.398	(859)	539

<u>Consolidado</u>	Taxa de	31/12/2014				3	1/12/2013
	Depreciação		Depreciação			Depreciação	
	(%)	Custo	Acumulada	Líquido	Custo	Acumulada	Líquido
Terras, Terrenos e Prédios		16.809	(449)	16.360	16.796	(423)	16.373
Móveis e utensílios	10 a 20	1.866	(1.370)	496	1.659	(1.229)	430
Equipamentos e Instalações	10	5.756	(3.965)	1.791	5.573	(3.539)	2.034
Veículos	10 a 20	6.675	(5.298)	1.377	6.151	(4.968)	1.183
Embarcações	5 a 10	127.742	(57.168)	70.574	104.426	(51.611)	52.815
Ativos em andamento		2.930	-	2.930	7.037	-	7.037
		161.778	(68.250)	93.528	141.642	(61.770)	79.872

b. Movimentação do imobilizado

<u>Controladora</u>

	Móveis e utensílios	Equipamentos e instalações	Veículos	Ativos em andamento	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2012	153	858	75	658	1.744
Adições	3	290	-	32	325
Baixas	(2)	<u>-</u> .		(669)	(671)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u> 154</u>	1.148	75		1.398
Adições Baixas	28	5 -	-	973 (165)	1.006 (165)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	182	1.153	75	829	2.239
Depreciações Saldo em 31 de dezembro de 2012	 (69)	(573)	(75)	_	(717)
Depreciação	(14)	(129)	 _		(143)
Baixas	1	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(82)	(702)	(75)		(859)
Depreciação	(14)	(125)	-	-	(139)
Baixas			_		_
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(96)	(827)	(75)		(998)
Valor contábil líquido:					
Em 31 de dezembro de 2012	84	285	-	658	1.027
Em 31 de dezembro de 2013	72	446	-	21	539
Em 31 de dezembro de 2014	86	326	-	829	1.241

Consolidado

	Terras, terrenos e prédios	Móveis e utensílios	Equipamentos e instalações	Veículos	Embarcações	Ativos em andamento	Total
Custo	<u> </u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2012	16.796	1.592	5.183	6.088	99.060	2.467	131.186
Adições	-	85	390	226	-	10.619	11.320
Baixas	-	(18)	-	(163)	(12)	(671)	(864)
Transferências				_	5.378	(5.378)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	16.796	1.659	5.573	6.151	104.426	7.037	141.642
Adições	3	215	310	872	690	21.918	24.008
Baixas	-	(8)	(127)	(348)	(3.224)	(165)	(3.872)
Transferências	10	-	-	-	25.850	(25.860)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	16.809	1.866	5.756	6.675	127.742	2.930	161.778
Depreciações Saldo em 31 de dezembro de 2012	(396)	(1.082)	(3.052)	(4.475)	(43.561)		(52.566)
Depreciação	(27)	(161)	(487)	(610)	(8.057)	-	(9.342)
Baixas	-	14	-	117	7	-	138
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(423)	(1.229)	(3.539)	(4.968)	(51.611)		(61.770)
Depreciação	(26)	(148)	(485)	(608)	(7.702)	-	(8.969)
Baixas	-	7	59	278	2.145	-	2.489
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(449)	(1.370)	(3.965)	(5.298)	(57.168)		(68.250)
Valor contábil líquido:							
Em 31 de dezembro de 2012	16.400	510	2.131	1.613	55.499	2.467	78.620
Em 31 de dezembro de 2013	16.373	430	2.034	1.183	52.815	7.037	79.872
Em 31 de dezembro de 2014	16.360	496	1.791	1.377	70.574	2.930	93.528

A Companhia e suas controladas não identificaram indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2014.

Em garantia dos financiamentos bancários das controladas, foram oferecidos, além do aval da Controladora, bens do imobilizado cujo valor contábil residual é de R\$ 53.561 (R\$ 31.730 em 31 de dezembro de 2013) a seguir demonstrado:

	Valor de	Depreciação	Valor
	Custo	Acumulada	Contábil Residual
Embarcações	58.960	(11.364)	47.596
Veículos transportadores	1.691	(982)	709
Bem imóvel	5.127	-	5.127
Máquinas e equipamentos	323	(194)	129
	66.101	(12.540)	53.561

11 Fornecedores

Os saldos demonstrados em fornecedores no passivo circulante no montante de R\$ 74 (R\$ 169 em 31 de dezembro de 2013) na controladora e R\$ 1.475 (R\$ 1.428 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado, são provenientes de compras no mercado nacional cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 45 dias.

O total de R\$ 3.396, no passivo não circulante do consolidado, refere-se à quarta e última parcela do contrato de construção da Embarcação João Mallmann, a qual será quitada com a liberação da última parcela do financiamento contratado junto ao Badesul, com repasses de recursos do BNDES, a liberação dos recursos da última parcela depende de comprovações técnicas por parte do fornecedor, ainda não há uma data definida para essa liberação.

12 Encargos sociais e tributários a pagar

Representam obrigações correntes representadas por:

	Controladora		Consol	lidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Previdência social e FGTS	28	26	390	333
Salários a pagar	-	-	4	1
Obrigações processuais	190	-	202	93
Prêmio de metas a pagar	97	88	768	599
Provisão para férias, 13º salário e encargos	26	17	1.894	1.593
Obrigações sociais e trabalhistas	341	131	3.258	2.619
Tributos correntes	353	263	783	580
Tributos correntes	353	263	783	580
	694	394	4.041	3.199

13 Financiamentos bancários

Conso	lidado

31/12/2014		31/12/2013	
Não			Não
Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
1.734	9.175	1.729	10.809
287	1.989	287	2.276
27	-	81	27
696	-	835	696
2.477	-	2.703	2.477
1.701	17.642	-	6.827
6.922	28.806	5.635	23.112
154	267	93	154
39	-	71	39
101	187	74	142
29	56	32	26
84	-	55	114
407	510	325	475
7.329	29.316	5.960	23.587
	1.734 287 27 696 2.477 1.701 6.922 154 39 101 29 84	Circulante Não Circulante 1.734 9.175 287 1.989 27 - 696 - 2.477 - 1.701 17.642 6.922 28.806 154 267 39 - 101 187 29 56 84 - 407 510	Circulante Não Circulante Circulante 1.734 9.175 1.729 287 1.989 287 27 - 81 696 - 835 2.477 - 2.703 1.701 17.642 - 6.922 28.806 5.635 154 267 93 39 - 71 101 187 74 29 56 32 84 - 55 407 510 325

Navegação Aliança Ltda	1.				
Banco	Finalidade	Encargos (%)	Garantias	Amort	ização
				Inicio	Fim
BNDES	Navio Germano Becker	80% TJLP + 3,5% a.a. 20% Dolar + 3,5% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	10/10/2006	10/09/2018
BNDES	Navio Frederico Madörin	TJLP + 3,3% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	10/12/2010	10/10/2022
Badesul	Navio Frederico Madörin	TJLP + 3,8% a.a.	Hipoteca de imóvel da Trevo Florestal e Aval da Controladora	10/01/2011	10/11/2022
Santander – Finame	Equipamentos	4,5% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	15/10/2010	15/04/2015
Votorantim - Progeren	Capital de giro	TJLP + 3,5% a.a.	Aval da Controladora	15/05/2013	15/10/2015
Badesul - Progeren	Capital de giro	TJLP + 3,5% a.a.	Hipoteca de imóvel da Trevo Florestal e Aval da Controladora	16/12/2013	16/11/2015
Badesul - Finame PSI	Navio João Mallmann	3% a.a.	Alienação fiduciária, Hipoteca de imóvel da Trevo Florestal e Aval da Controladora	15/07/2013	17/04/2023

Trevo Florestal Ltda.					
Banco	Finalidade	Encargos %	Garantias	Amorti	zação
				Inicio	Fim
Santander - Finame	Equipamento florestal	6,5% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	16/11/2011	15/08/2016
Santander - Finame	Equipamento florestal	4,5% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	15/07/2014	15/04/2019
Santander - Finame	Equipamento florestal	6,0% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	15/08/2014	15/05/2019
Votorantim - Finame	Equipamento florestal	4,5% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	15/10/2010	15/07/2015
Votorantim - Finame	Veículos transportadores	7% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	15/09/2010	15/06/2015
De Lage Landen - Finame	Veículos transportadores	5,5% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	16/05/2011	16/11/2016
De Lage Landen - Finame	Veículos transportadores	4,5% a.a.	Alienação fiduciária e Aval da Controladora	15/09/2014	15/05/2020
Caixa Econ. Federal/BNDES	Veículos	1,02% a.m.	Aval da Controladora	15/04/2011	15/03/2015
Caixa Econ. Federal/BNDES	Veículo transportador	0,86% a.m.	Aval da Controladora	15/05/2013	15/04/2017
Caixa Econ. Federal/BNDES	Garra Florestal	0,99% a.m.	Aval da Controladora	15/01/2015	15/12/2018
Votorantim/ BNDES	Crédito rural	5,5% a.a.	Aval da Controladora	15/01/2013	15/07/2015

14 Impostos a pagar - Refis

Foram incluídos no programa de parcelamento - REFIS, o imposto de renda, a contribuição social, imposto de renda retido na fonte, encargos previdenciários, PIS e COFINS. O saldo devedor está atualizado pela variação da TJLP e amortizado, mensalmente, até o mês de setembro de 2013, na base de 1,2% do faturamento bruto. A partir de outubro de 2013 até dezembro de 2050, conforme estabelecido pelo oficio expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil número 071/2013/DRFB/POA/SECAT a amortização mensal será de R\$ 18 e atualizada mensalmente pela variação da TJLP. Não foram registrados ajustes a valor presente, pois os valores são atualizados mensalmente. Em garantia do débito foi oferecido o imóvel de propriedades para investimentos (Nota Explicativa 8).

15 Imposto de renda e contribuição social diferido

	Controladora		Conso	lidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Impostos incidentes sobre:					
Propriedades para investimentos	3.644	3.644	3.644	3.644	
Terra nua	-	-	4.118	4.118	
Reserva de reavaliação de embarcações	-	-	894	1.071	
	3.644	3.644	8.656	8.833	

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, incidentes sobre propriedades para investimentos e terra nua, foram apurados sobre o valor justo contabilizado desses bens por ocasião da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis e serão realizados quando de sua alienação. O imposto sobre reserva de reavaliação de embarcações contabilizada em 1991 é amortizado por depreciação, baixa ou venda. A parcela realizada do imposto tem como contrapartida uma conta de resultado denominada "Reversão de impostos sobre reserva de reavaliação".

16 Provisão para contingências

	Contro	Controladora		idado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	-	-	2.354	1.071
Saturnismo (1)	924	1.453	924	1.453
Meio ambiente (2)	227	1.279	227	1.279
Cível	-	-	-	450
	1.151	2.732	3.505	4.253

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Controladora constitui provisão no total de R\$ 668, referente a ações judiciais da contingência do Saturnismo, estornou provisão da contingência do Meio Ambiente no valor total de R\$ 688 e realizou pagamentos no total de R\$ 1.561, sendo R\$ 1.196 referente a contingência do Saturnismo e R\$ 365 referente a contingência do Meio Ambiente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a controlada, Navegação Aliança Ltda., constituiu provisões no total de R\$ 1.226, referente a ações judiciais de natureza trabalhista, estornou provisão no valor total de R\$ 72 e realizou pagamentos no total de R\$ 341, referente a ações judiciais de natureza trabalhista e a controlada, Trevo Florestal Ltda. constituiu provisão no total de R\$ 20, referente a ações judiciais de natureza trabalhista.

a. Controladora

Todos os processos judiciais contra a controladora se referem a passivos originados em uma ex-controlada, denominada "Plumbum Mineração e Metalúrgica Ltda.".

Processos trabalhistas (1)

São representados por processos tramitando em primeira e segunda instância no estado da Bahia. Os pedidos são exclusivamente de danos por eventual exposição e contaminação por metais pesados. Os consultores jurídicos da Companhia entendem que todos os processos podem ser considerados com perda provável. A Administração, juntamente com esses consultores jurídicos, entende que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais prejuízos em decisões desfavoráveis.

Meio ambiente (2)

É representado por um processo na Vara Cível da Comarca de Apiaí, SP, que possui sentença para a recuperação do solo. Os trabalhos de recuperação do solo já foram executados e está pendente a emissão do certificado do órgão ambiental. O outro é um processo administrativo junto a CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) para a recuperação do solo da unidade de São Lourenço da Serra, SP. Os trabalhos já estão sendo executados e sua conclusão está prevista para meados de 2015.

b. Controladas

Navegação Aliança Ltda.

Processos trabalhistas

São representados por processos instaurados em diversas varas trabalhistas do Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2007 a 2014, destes processos, 21 (vinte e um) estão em fase de instrução, 27 (vinte e sete) se encontram em 2ª instância com recursos pendentes de decisão, e 1 (um) processo já em fase de execução. As principais postulações, entre outras, incluem diferenças de horas extras, equiparação salarial, adicionais e danos morais. São considerados como perdas prováveis e a Administração, amparada nas opiniões e pareceres dos consultores jurídicos, entende que o valor da provisão constituída é suficiente para cobrir eventuais prejuízos em decisões desfavoráveis.

Trevo Florestal Ltda.

Processos trabalhistas

Representado por 03 (três) demandas que tramitam na Comarca de Rio Grande - RS, tendo como pedidos, entre outros, diferença de horas extras, adicional de insalubridade, intervalo intrajornada e dano moral. A perda é considerada como provável e a Administração da controlada constituiu provisão que entende como satisfatória para cobrir eventuais perdas.

Processo tributário

Representado por uma execução fiscal proposta em 26/01/2000 pelo Estado do Rio Grande do Sul, tramitando na 1ª vara cível da Comarca de Rio Grande, visando o recebimento de valores supostamente devidos a título de ICM não informados em GIA e de multa qualificada. O valor da causa atualizado em 31/12/14 representa a importância de R\$ 1.674 mil e foi oferecido bem imóvel em garantia do juízo, e em atendimento ao requisito legal de condição para oposição dos *Embargos à Execução* (defesa). A

Administração, com base na opinião e parecer do seu consultor jurídico, entende que existe a possibilidade de perda para a referida execução fiscal.

17 Dividendos obrigatórios

Conforme artigo 27 do Estatuto Social da controladora o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 25% do lucro líquido ajustado. O dividendo proposto no montante de R\$ 2.158, refere-se à distribuição do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

Controladora e Consolidado	2014	2013
Lucro líquido do exercício	4.074	4.231
Reserva legal: (5%)	(204)	(211)
Lucro após reserva legal	3.870	4.020
Reversão de dividendos	-	28
Reversão de reservas:		
Reserva de reavaliação	343	320
Lucros realizados sobre ajuste de ativos biológicos	2.272	3.475
Lucros a realizar sobre ajuste de ativos biológicos	(431)	(761)
Base de cálculo dos dividendos de 25%	6.054	7.082
Dividendos obrigatórios	1.514	1.771
Dividendos complementares	644	227
Total dos dividendos	2.158	1.998
Dividendo por ação:		
Ordinária	1,180	1,091
Preferencial	1,298	1,200
Dividendo total por classe de ação:		
Ordinárias	904	836
Preferenciais	1.254	1.162
	2.158	1.998

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R\$ 20.000 e está representado por 766.000 ações ordinárias e 966.700 ações preferenciais sem valor nominal. As ações preferenciais sem direito a voto, tem prioridade no reembolso, em caso de liquidação da Companhia e recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

b. Reserva de reavaliação

Com base nas disposições da Deliberação CVM 27/86, é mantido o saldo desta conta, que representa equivalência patrimonial reflexa calculada sobre a reavaliação de embarcações contabilizada no ano de 1991, pela controlada Navegação Aliança Ltda.

É realizada por depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados. O valor realizado é transferido para a conta de lucros acumulados.

A Companhia optou por manter a Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização, em concordância com a Lei 11.638/07.

c. Reserva de lucros

i. Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, para constituição da reserva legal; ou poderá, a critério da Companhia, constituir até o limite de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja determinado pela Assembleia de Acionistas.

ii. Retenção de lucros

Representa os efeitos pelo reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo. A Companhia optou em reconhecer seus efeitos, como retenção de lucros, até serem realizados econômica e financeiramente.

iii. Ajuste de avaliação patrimonial

Representa o efeito da aplicação do custo atribuído a terra nua onde estão localizados os hortos florestais da controlada Trevo Florestal Ltda. e sobre o valor justo de propriedade para investimentos na controladora. Os valores estão demonstrados líquidos dos impostos.

iv. Reserva de investimentos e/ou reforço de capital de giro

Tem a finalidade assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. É formada com o saldo do lucro ajustado pela dedução dos dividendos obrigatórios e não pode exceder o valor do capital social. Com a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2014, nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, o saldo das reservas de lucros excedeu o valor do capital social, motivo pelo qual, com base no Artigo 199 da

Lei n° 6.404/76 é proposta a aplicação do excesso no aumento do capital social, a ser deliberado pelos acionistas em assembleia geral.

d. Ações em tesouraria

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de outubro de 2013, foi autorizado nos termos do parágrafo 3º, letra 'g', art. 14 do estatuto social, Instrução CVM nº 10/80 e alterações posteriores e demais disposições legais vigentes, a aquisição de até 48.670 ações preferenciais sem valor nominal de sua própria emissão para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria.

Na AGO/AGE de 29 de abril de 2014 foi aprovado o cancelamento das ações em tesouraria no montante de R\$ 263, correspondente a 8.300 ações preferenciais.

O saldo em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 17, é representado por 700 ações preferenciais ao custo médio unitário de R\$ 24,02 (vinte e quatro reais e dois centavos), as quais foram adquiridas em pregão da Bovespa do dia 28 de julho de 2014. O valor das ações em tesouraria calculado com base na última cotação em bolsa, imediatamente anterior à data de encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 22,01.

19 Receita operacional líquida

A receita liquida é composta como segue:

	Control	Controladora		dado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Vendas de serviços	-	-	56.422	53.383
Vendas de produtos	-	-	8.331	7.568
Receita de locações	2.257	2.143	1.940	1.840
Descontos	-	-	(177)	(116)
Impostos sobre vendas	(228)	(218)	(3.008)	(2.866)
Receita Líquida	2.029	1.925	63.508	59.809

20 Custos e despesas por natureza

O quadro abaixo demonstra a composição dos principais gastos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Gastos com pessoal, remuneração da				
diretoria e encargos sociais	(1.371)	(1.240)	(20.827)	(18.268)
Combustível e lubrificantes	-	-	(7.942)	(8.238)
Seguros	(4)	(1)	(1.035)	(986)
Portuárias	-	-	(205)	(245)
Rebocador	-	-	(1.781)	(1.490)
Resíduos de serraria	-	-	-	(25)
Frete	(1)	-	(553)	(445)
Serviço de estiva	-	-	(2.670)	(2.384)
Gastos com manutenções	-	-	(3.493)	(3.322)
Vistorias	-	-	(332)	(268)
Honorários e serviços terceiros	(1.198)	(555)	(2.563)	(1.594)
Água e energia elétrica	-	-	(240)	(139)
Comunicações	(7)	(8)	(267)	(266)
Material de exp. e sistemas	-	-	(348)	(275)
Impostos e taxas	(231)	(69)	(551)	(260)
Materiais e serviços	-	-	(1.015)	(1.077)
Viagens	(113)	(52)	(246)	(105)
Publicações	(87)	(77)	(87)	(77)
Despesas contencioso	(624)	(509)	(1.373)	(850)
(-) Recuperação despesas condomínio	(24)	31	(24)	31
Custo na venda de gado	-	-	(108)	(143)
Perdas estimadas com créditos de				
liquidação duvidosa	-	-	-	(167)
Depreciação	(139)	(143)	(8.969)	(9.342)
Exaustão	-	-	(2.404)	(3.000)
(-) Replantio e formação de florestas	-	-	896	1.090
Outros gastos administrativos	(105)	(14)	(1.749)	(1.317)
	(3.904)	(2.637)	(57.886)	(53.162)
Distribuição:				
Custos das vendas e serviços	-	-	(46.318)	(43.580)
Remuneração dos administradores	(1.185)	(1.121)	(1.968)	(1.867)
Despesas administrativas	(2.719)	(1.516)	(9.600)	(7.715)
	(3.904)	(2.637)	(57.886)	(53.162)

21 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consol	idado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Venda de bens permanentes	_	-	2.170	100
Receitas diversas	217	211	790	729
Outras receitas operacionais	217	211	2.960	829
Custo da baixa de bens permanentes	-	-	(1.149)	(52)
Outras despesas operacionais	-	-	(1.149)	(52)
Outras receitas (despesas) operacionais	217	211	1.811	777

22 Despesas financeiras líquidas

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Receita financeira de aplicações	1	31	644	335	
Outras receitas financeiras	14	13	169	187	
Receitas financeiras	15	44	813	522	
Variação monetária contratos de mútuo	-	-	-	(66)	
Despesas bancárias	(3)	(2)	(28)	(20)	
Encargos Refis	(179)	(186)	(179)	(186)	
Juros e variações monetárias	-	-	(1.754)	(2.210)	
Despesas financeiras	(182)	(188)	(1.961)	(2.482)	
Despesas financeiras líquidas	(167)	(144)	(1.148)	(1.960)	

23 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além das seguintes classificações: (a) Empréstimos e recebíveis; (b) Ao valor justo por meio do resultado; e (c) Pelo custo amortizado.

Os instrumentos financeiros da Companhia, em aberto em cada data base, são os seguintes:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo financeiros				
a. Ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras (nota 3)	-	18	2.963	7.223
b. Empréstimos e recebíveis				
Caixa e bancos (nota3)	129	10	532	437
Contas a receber de clientes (nota 4)	374	339	3.612	2.038
Adiantamentos a fornecedores	3	9	784	123
Outros ativos circulantes	3	1	2.232	757
	509	377	10.123	10.578
Passivo financeiros				
c. Pelo custo amortizado				
Financiamentos bancários (nota 13)	-	-	(36.645)	(29.547)
Dividendos a pagar	(2.158)	(1.998)	(2.158)	(1.998)
Fornecedores (nota 11)	(74)	(169)	(4.871)	(1.428)
	(2.232)	(2.167)	(43.674)	(32.973)

b. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, não mantém saldos em aberto referentes a instrumentos financeiros derivativos naquelas datas.

c. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, sujeitos a atualização monetária, comparados com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

<u>Controladora</u>		31/12/2014		31/12/2013
	Valor	Valor	Valor	Valor
	contábil	Justo	contábil	Justo
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	129	129	28	28
Contas a receber de clientes (nota 4)	374	374	339	339
Adiantamentos a fornecedores	3	3	9	9
Outros ativos circulantes	3	3	1	1
Ativos financeiros totais	509	509	377	377
Fornecedores (nota 11)	(74)	(74)	(169)	(169)
Dividendos a pagar	(2.158)	(2.158)	(1.998)	(1.998)
Passivos financeiros totais	(2.232)	(2.232)	(2.167)	(2.167)
	(1.723)	(1.723)	(1.790)	(1.790)

<u>Consolidado</u>		31/12/2014		31/12/2013
	Valor	Valor	Valor	Valor
	contábil	Justo	contábil	Justo
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	3.495	3.495	7.660	7.660
Contas a receber de clientes (nota 4)	3.612	3.612	2.038	2.038
Adiantamentos a fornecedores	784	784	123	123
Outros ativos circulantes	2.232	2.232	757	757
Ativos financeiros totais	10.123	10.123	10.578	10.578
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	(36.645)	(36.645)	(29.547)	(29.547)
Fornecedores (nota 11)	(4.871)	(4.871)	(1.428)	(1.428)
Dividendos a pagar	(2.158)	(2.158)	(1.998)	(1.998)
Passivos financeiros totais	(43.674)	(43.674)	(32.973)	(32.973)
	(33.551)	(33.551)	(22.395)	(22.395)

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia:

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

Transações com partes relacionadas

A operação é contratada a encargos fixos e o montante demonstrado representa o saldo devido nas datas das demonstrações.

Financiamentos bancários

Os valores apresentados nas demonstrações contábeis representam o valor justo dos empréstimos e financiamentos, uma vez que, a Companhia, apropria os encargos pelo prazo decorrido. Como não existe mercado ativo para tais instrumentos, as diferenças que poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente seriam em montantes não representativos.

d. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

De acordo com IFRS 7/CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros, a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Empresa não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

					Co	ntroladora
	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras (nota 3)	-	_	_	18	_	
					C	Consolidado
	31 de	dezembro de	2014	31 de	dezembro de	e 2013
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras (nota 3)	2.963	_		7.223	_	
Financiamentos bancários (nota 13)	(36.645)	-	-	(29.547)	-	-

e. Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de crédito em suas atividades operacionais com as contas a receber e de aplicação de recursos, incluindo depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de liquidez imediata, adiantamentos a fornecedores e outros créditos a receber.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa 4, a Companhia reconhece provisão para créditos de liquidação duvidosa para cobrir o risco de crédito.

A seguir, estão apresentados os ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco crédito:

		Controladora		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo				
Aplicações financeiras (nota 3)	-	18	2.963	7.223
Contas a receber de clientes (nota 4)	374	339	3.612	2.038
Adiantamentos a fornecedores	3	9	784	123
Outros créditos a receber	3	1_	2.232	757
	380	367	9.591	10.141

f. Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas. É o risco da Companhia encontrar dificuldade para cumprir com suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem retorno aos sócios, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A Administração mantém a alavancagem natural da Companhia em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem considerado como adequado.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 nas demonstrações contábeis consolidadas:

Valor contábil	Fluxo de caixa contractual	2015	2016	2017	2018 a 2023
36.645	43.734	9.117	6.077	5.674	22.866
4.871	4.871	1.475	-	-	3.396
41.516	48.605	10.592	6.077	5.674	26.262
	36.645 4.871	Valor contábil caixa contractual 36.645 43.734 4.871 4.871	Valor contábil caixa contractual 2015 36.645 43.734 9.117 4.871 4.871 1.475	Valor contábil caixa contractual 2015 2016 36.645 43.734 9.117 6.077 4.871 4.871 1.475 -	Valor contábil caixa contractual 2015 2016 2017 36.645 43.734 9.117 6.077 5.674 4.871 4.871 1.475 - -

31 de dezembro de 2013	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2014	2015	2016 a 2022
Passivos financeiros não derivativos					
Financiamentos bancários (nota 13)	29.547	36.692	7.845	7.498	21.349
Fornecedores (nota 11)	1.428	1.428	1.428	-	-
Total	30.975	38.120	9.273	7.498	21.349

g. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

h. Risco de variação cambial de moedas estrangeiras

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa não estão sujeitos a variações cambiais de moedas estrangeiras, não há risco associado à variação cambial de moedas estrangeiras. Dessa forma, não está sendo apresentada a análise de sensibilidade quantitativa referente a risco de exposição à variação cambial de moeda estrangeira.

i. Risco de taxa de juros

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

		Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Valor contábil dos instrumentos					
financeiros de taxa variável					
Aplicações financeiras (nota 3)	-	18	2.963	7.223	
Financiamentos bancários (nota 13)			(36.645)	(29.547)	
	-	18	(33.682)	22.324	

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis, não teria reflexo relevante no patrimônio e no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

Análise de sensibilidade taxa variável (1%) no Consolidado	Patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31/12/2014	Patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31/12/2013		
- Efeito da alteração de 1% na taxa de juros sobre instrumentos financeiros de taxa variável (nota 23 i)	337	223		

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

25 Segmentos operacionais

As atividades operacionais são desenvolvidas de forma autônoma em cada uma das empresas as quais, de forma resumida a seguir relatamos:

Atividade de transporte aquaviário

É desenvolvida pela controlada Navegação Aliança Ltda. com uma frota de 15 embarcações com capacidade estática de 50 mil toneladas ou o equivalente a mais de 2.500 caminhões. A capacidade varia de 1,4 a 5,2 mil toneladas por embarcação. Todas contam com tecnologia de ponta em segurança, como a navegação por satélite e sofisticados equipamentos de navegação que contribuem para uma navegação mais econômica e segura.

As principais cargas transportadas entre a grande Porto Alegre, Taquari e Estrela para Rio Grande são: cavaco de madeira, soja (grãos e farelo) e celulose. No sentido Rio Grande/Pelotas para a grande Porto Alegre as principais cargas são: fertilizantes, trigo e clínquer. Existem ainda outras cargas em menor volume como sal, cevada e arroz.

Atividade de reflorestamento

É desenvolvida pela Trevo Florestal Ltda., que conta com uma área aproximada de 12 mil hectares ao sul de Rio Grande - RS. Despontando como uma das grandes representantes do setor de reflorestamento regional, produz pinus, eucalipto e resina do gênero pinus, em cerca de 5.800 hectares plantados em uma área própria, junto à Reserva Ecológica do Taim - RS. São aproximadamente 15 quilômetros de costa marítima administrados com uma filosofia de harmonia entre os processos de trabalho, meio ambiente e comunidade local.

Atividade de locação de salas

É operada pela controladora que é proprietária de um imóvel em Porto Alegre - RS, com área aproximada de 9.000 m², cujas salas comerciais são destinadas à locação.

Demonstramos nos quadros a seguir os resultados operacionais por segmento:

a. Resultados operacionais por segmento em 31/12/2014

	Navegação Aliança Ltda.	Trevo Florestal Ltda.	Trevisa Investimentos S. A.	Eliminações	Consolidado	·
Venda líquida de produtos	-	8.030	-	-	8.030	
Venda líquida de serviços	53.766	-	-	_	53.766	
Receita de locações	-	-	2.029	(317)	1.712	(a)
Custos dos serviços e produtos vendidos	(40.147)	(6.236)	-	65	(46.318)	(b)
Lucro bruto	13.619	1.794	2.029	(252)	17.190	,
Despesas administrativas	(6.438)	(1.488)	(3.904)	262	(11.568)	(c)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.548	56	217	(10)	1.811	(d)
Ajuste a valor justo ativo biológico	-	430	-	-	430	
Equivalência patrimonial	147	-	5.899	(6.046)	-	
Resultado antes dos efeitos financeiros	8.876	792	4.241	(6.046)	7.863	
Receitas financeiras	785	13	15	-	813	
Despesas financeiras	(1.723)	(56)	(182)	-	(1.961)	
Resultado antes dos impostos	7.938	749	4.074	(6.046)	6.715	·

- a. A receita de locação no consolidado está reduzida do aluguel recebido de controladas no montante de R\$ 317.
- b. No custo dos produtos vendidos no consolidado está reduzido o aluguel pago a controladora no montante de R\$ 65.
- c. A despesa administrativa no consolidado está reduzida do aluguel pago a controladora no montante de R\$ 262.
- d. As outras receitas no consolidado estão reduzidas do aluguel recebido de controladas no montante de R\$ 10.

b. Resultados operacionais por segmento em 31/12/2013

	Navegação Aliança Ltda.	Trevo Florestal Ltda.	Trevisa Investimentos S.A.	Eliminações	Consolidado	<u>-</u>
Venda líquida de produtos	-	7.299	-	-	7.299	
Venda líquida de serviços	50.888	-	-	-	50.888	
Receita de locações	-	-	1.925	(303)	1.622	(a)
Custos dos serviços e produtos vendidos	(37.248)	(6.394)	-	62	(43.580)	(b)
Lucro bruto	13.640	905	1.925	(241)	16.229	_
Despesas administrativas	(5.703)	(1.485)	(2.637)	243	(9.582)	(c)
Outras receitas (despesas) operacionais	562	6	211	(2)	777	(d)
Ajuste a valor justo ativo biológico	-	761	-	-	761	
Equivalência patrimonial	(21)	-	4.876	(4.855)	-	
Resultado antes dos efeitos financeiros	8.478	187	4.375	(4.855)	8.185	_
Receitas financeiras	451	27	44	-	522	
Despesas financeiras	(2.230)	(64)	(188)	-	(2.482)	
Resultado antes dos impostos	6.699	150	4.231	(4.855)	6.225	- =

- (a) A receita de locação no consolidado está reduzida do aluguel recebido de controladas no montante de R\$ 303.
- (b) No custo dos produtos vendidos no consolidado está reduzido o aluguel pago a controladora no montante de R\$ 62.
- (c) A despesa administrativa no consolidado está reduzida do aluguel pago a controladora no montante de R\$ 243.
- (d) As outras receitas no consolidado estão reduzidas do aluguel recebido de controladas no montante de R\$ 2.

c. Depreciação por segmento

		Controladora	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Transporte aquaviário	-	_	8.285	8.711
Reflorestamento	-	-	545	488
Locação de salas	139	143	139	143
Total	139	143	8.969	9.342

d. Ativos por segmento

		Controladora		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Transporte aquaviário	-	-	86.688	73.890
Reflorestamento	-	-	52.813	53.623
Operações portuárias	-	-	-	104
Locação de salas	101.452	100.887	15.017	14.052
Total	101.452	100.887	154.518	141.669

Os ativos das operações portuárias em 2013 representavam os ativos da Trevisa Operadora Portuária Ltda., que conforme Nota Explicativa 26, teve suas operações descontinuadas.

26 Operação descontinuada

O Conselho de Administração da Controladora, em reunião realizada em 23 de agosto de 2011, aprovou a descontinuidade das operações da controlada Trevisa Operadora Portuária Ltda. Em 29 de dezembro de 2014, o Distrato Social foi registrado na Junta Comercial do Estado do RS.

27 Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a seguir demonstramos a reconciliação do lucro aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação.

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do período pela quantidade de total de ações conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	
Lucro líquido do período	4.074	4.231	
Ações ordinárias – Lote de mil	766,000	766,000	
Ações preferenciais – Lote de mil	966,700	975,000	
Total de ações em circulação - Lote de mil	1.732,700	1.741,000	
Lucro por lote de mil ações - Básico - R\$	2,3512	2,4302	

Lucro diluído por ação

A Companhia não está apresentando o cálculo do lucro diluído por ação, conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não possuir potenciais ações ordinárias diluidoras ou outros instrumentos conversíveis que possam ocasionar diluição do lucro por ação, sendo assim os valores do lucro da ação são iguais no básico e diluído.

28 Instrução Normativa nº 1.397, Medida Provisória nº 627 de 2013 e Lei 12.973 de 2014

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a MP 627 cuja conversão em Lei 12.973 ocorreu em 13 de maio de 2014. A referida Lei revoga os ajustes de RTT (Regime Tributário de Transição), dispõe sobre a tributação dos lucros auferidos no exterior pelas pessoas residentes no Brasil e dentre outros assuntos.

As providências da nova Lei entram em vigor a partir do exercício de 2015, entretanto é permitido que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014. A Companhia e suas controladas, orientadas pelos seus assessores legais, não optou pela adoção antecipada para o exercício de 2014 e não espera que sua adoção, em 2015, tenha efeitos relevantes em suas demonstrações contábeis.
